

RUI PAULO COUTINHO
DE MASCARENHAS ATAÍDE

DIREITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL



COLEÇÃO MANUAIS

**DIREITO DA
RESPONSABILIDADE
CIVIL**

Autor:

**RUI PAULO COUTINHO
DE MASCARENHAS ATAÍDE**

1.ª edição, agosto 2023

Editor:

GESTLEGAL

Av. Fernão de Magalhães, n.º 136 – Piso 2

Edifício Azul – Salas U-T

3000-171 Coimbra

+351 239 053 838

editora@gestlegal.pt

www.gestlegal.pt

Design editorial: José Soler

Impressão: Artipol, Lda

ISBN: 978-989-9136-33-5

Depósito Legal: 520386/23

● Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

A reprodução ou cópia, por qualquer meio, em parte ou no todo, desta obra só é permitida com autorização expressa do Editor. A violação desta obrigação é passível de procedimento judicial nos termos da lei.

GESTLEGAL

ÍNDICE GERAL

| | |
|--------------------|---|
| Abreviaturas | 5 |
|--------------------|---|

INTRODUÇÃO

| | |
|---|---|
| Coordenadas gerais do instituto. Sua delimitação..... | 7 |
|---|---|

CAPÍTULO I

| | |
|--------------------------|---|
| COORDENADAS GERAIS | 9 |
|--------------------------|---|

| | |
|--|----|
| 1. O sentido de justiça da regra <i>casum sentit dominus</i> e a protecção da liberdade de acção | 9 |
| 2. Os títulos de imputação de danos. Culpa, risco e sacrifício | 10 |
| 3. Modalidades de responsabilidade civil. A “terceira via” | 12 |
| 4. Concurso da responsabilidade delitual com a responsabilidade contratual | 15 |

CAPÍTULO II

| | |
|--|----|
| RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL..... | 21 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| 5. Desenvolvimentos gerais..... | 21 |
| 6. O problema dos <i>punitive damages</i> | 31 |

| | |
|---|----|
| 6.1. Os primórdios da jurisprudência inglesa e sua evolução. O caso <i>Rooks v. Barnard</i> | 32 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| 6.2. A jurisprudência americana, em especial, sobre a indústria automóvel e tabaqueira..... | 33 |
|---|----|

| | |
|--------------------------------|----|
| 6.3. O caso “Dieselgate” | 36 |
|--------------------------------|----|

| | |
|---|----|
| 6.4. Os grupos de casos. Danos não patrimoniais causados pela violação de direitos de personalidade e lucro ilícito obtido de forma premeditada | 39 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| 6.4.1. Danos não patrimoniais causados pela violação de direitos de personalidade | 39 |
|---|----|

DIREITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

| | |
|---|----|
| 6.4.2. Lucro ilícito obtido de forma premeditada..... | 41 |
| 6.5. Enriquecimento ilícito e danos de massas. Os interesses difusos..... | 41 |
| 6.6. A intervenção do enriquecimento sem causa e os seus limites..... | 44 |
| 6.7. A perturbação das categorias constitutivas da ordem constitucional jurídico-económica. O Direito Penal Secundário, em especial, o Direito Penal Económico. O Direito de Mera Ordenação Social..... | 46 |
| 7. A cláusula penal..... | 50 |

CAPÍTULO III

| | |
|---|----|
| A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO..... | 55 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| 8. A responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas por danos causados no exercício de funções administrativas..... | 55 |
|---|----|

PARTE I EVOLUÇÃO HISTÓRICA

| | |
|------------------------------|----|
| 9. Considerações gerais..... | 61 |
|------------------------------|----|

CAPÍTULO I

| | |
|----------------------|----|
| DIREITO ROMANO | 63 |
|----------------------|----|

| | |
|--|----|
| 10. Observações introdutórias. A responsabilidade civil antes da <i>Lex Aquilia</i> | 63 |
| 11. A <i>Lex Aquilia</i> . A tutela da propriedade (escravos e bens materiais)..... | 66 |
| 12. Lesão de pessoas (<i>iniuria</i>)..... | 74 |
| 13. A responsabilidade civil depois da <i>Lex Aquilia</i> . O contributo de Justiniano | 76 |

CAPÍTULO II

| | |
|--------------------------|----|
| DIREITO INTERMÉDIO | 83 |
|--------------------------|----|

| | |
|--|----|
| 14. Elementos preambulares | 83 |
| 15. A Alta Idade Média | 83 |
| 16. Glosadores e Comentadores | 85 |
| 17. O Humanismo Jurídico..... | 88 |
| 18. O Jusracionalismo. Linhas gerais de orientação | 91 |

CAPÍTULO III

| | |
|---|----|
| O MOVIMENTO CODIFICADOR JURACIONALISTA..... | 97 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| 19. Notas introdutórias | 97 |
| 20. O Código Civil francês e a <i>responsabilité du fait des choses</i> . A evolução judicial..... | 98 |

ÍNDICES

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO IV | |
| A EVOLUÇÃO CONTEMPORÂNEA..... | 107 |
| 21. As codificações novecentistas | 107 |
| 22. O Código Civil alemão e o sistema das três “pequenas” cláusulas gerais. O desenvolvimento jurisprudencial do Direito da Responsabilidade Civil | 107 |
| 23. O Código Civil italiano e a «ingiustizia» do dano | 111 |
| 24. Traços fundamentais do sistema de responsabilidade do Código português de 1966..... | 115 |

PARTE II

| | |
|--|-----|
| A responsabilidade delitual. Pressupostos..... | 121 |
|--|-----|

| | |
|--------------------------------|------------|
| CAPÍTULO I | |
| O FACTO VOLUNTÁRIO..... | 123 |

| | |
|---|-----|
| 25. Actos e omissões..... | 123 |
| 25.1. Actos imediatos (ou directos) e mediatos (indirectos)..... | 123 |
| 25.2. Omissões..... | 125 |
| 25.2.1. Violação de deveres legais de agir | 126 |
| 25.2.2. Violação de deveres negociais de agir..... | 129 |
| 25.2.3. A materialidade subjacente aos deveres legais e negociais de agir | 132 |

| | |
|------------------------|------------|
| CAPÍTULO II | |
| ILICITUDE | 143 |

| | |
|--|-----|
| 26. Noções gerais | 143 |
| 27. A protecção da liberdade de acção | 144 |
| 28. A ilicitude entre o desvalor do resultado e da conduta | 145 |
| 29. Comportamento contrário à ordem de conduta | 155 |
| 30. O ilícito doloso. Elementos constitutivos. O erro excludente do dolo.. | 159 |
| 31. O ilícito negligente. O dever objectivo de cuidado..... | 161 |
| 32. O preenchimento do dever objectivo de cuidado pelos deveres no tráfego | 163 |
| 33. As fontes do dever objectivo de cuidado | 167 |
| 34. As diferentes acepções do conceito de “cuidado” | 167 |
| 35. A inserção sistemática do dever objectivo de cuidado..... | 172 |
| 36. O resultado ilícito..... | 173 |
| 37. Ilicitude por violação de direitos subjectivos e outras situações jurídicas activas..... | 173 |
| 38. Direitos de personalidade. Relações com os direitos fundamentais..... | 177 |

DIREITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

| | |
|--|-----|
| 39. Direito à vida. A protecção da existência pré-natal | 182 |
| 40. O problema das <i>wrongful actions</i> | 185 |
| 41. Saúde e integridade física..... | 192 |
| 42. Direito à identidade pessoal | 196 |
| 43. Direito ao desenvolvimento da personalidade | 197 |
| 44. Direito ao bom nome e à reputação..... | 200 |
| 45. Direitos à palavra e à imagem..... | 209 |
| 46. Direito à reserva de intimidade da vida privada e familiar | 210 |
| 47. Inviolabilidade do domicílio e da correspondência | 213 |
| 48. A protecção de dados pessoais | 214 |
| 49. Direitos familiares e sucessórios..... | 219 |
| 49.1. Responsabilidade civil por violação de deveres conjugais..... | 219 |
| 49.2. Responsabilidade civil por violação dos deveres parentais..... | 221 |
| 50. Direitos reais e demais direitos sobre coisas corpóreas..... | 226 |
| 51. Direitos de propriedade intelectual..... | 232 |
| 52. Responsabilidade de terceiros por violação de direitos de crédito..... | 236 |
| 53. Ilicitude por violação de normas de protecção..... | 258 |
| 54. A responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações | 266 |
| 55. A relevância delitual do abuso de direito | 268 |
| 56. A causalidade constitutiva de responsabilidade. Distinção face à causalidade que delimita a responsabilidade | 278 |
| 57. Critérios de imputação objectiva do resultado à conduta | 281 |
| 58. A teoria da equivalência das condições..... | 283 |
| 59. A teoria da última condição ou da causa próxima | 285 |
| 60. A teoria da condição eficiente..... | 285 |
| 61. A teoria da causalidade adequada..... | 286 |
| 62. A teoria do escopo da norma violada..... | 288 |
| 63. A doutrina da criação ou incremento do risco..... | 290 |
| 64. Orientação perfilhada sobre o nexo causal..... | 292 |
| 65. Resultados da investigação. A função reitora do princípio da criação ou incremento do perigo..... | 299 |
| Secção única — As causas de justificação | 310 |
| 66. Considerações preambulares | 310 |
| 67. Exercício de um direito e cumprimento de um dever | 311 |
| 68. A tutela privada de direitos | 315 |
| 69. Acção directa | 316 |
| 70. Legítima defesa..... | 318 |
| 71. Estado de necessidade..... | 325 |
| 72. Consentimento..... | 327 |

ÍNDICES

CAPÍTULO III

| | |
|---|---------|
| A CULPA | 331 |
| 73. Observações introdutórias | 331 |
| 74. Imputabilidade | 334 |
| 75. Os critérios de averiguação da culpa..... | 336 |
| 76. A bitola objectiva do <i>bonus pater familias</i> . O problema das características do agente não dependentes da vontade e os momentos subjectivos de apreciação da culpa..... | 340 |
| 77. A concretização do padrão do <i>bonus pater familias</i> . A avaliação da culpa segundo o método dos grupos de tráfego | 346 |
| 78. A titularidade de capacidades especiais..... | 357 |
| Secção única — Causas de exclusão da culpa | 358 |
| 79. Erro desculpável..... | 359 |
| 80. Medo invencível..... | 367 |
| 81. Inexigibilidade | 368 |
| 82. Prova da culpa. Presunções | 368 |
| 82.1. Vigilância de incapazes naturais..... | 370 |
| 82.2. Danos causados por edifícios ou outras obras | 373 |
| 82.3. Danos causados por coisas ou animais | 375 |
| 82.4. O exercício de actividades perigosas..... | 379 |
| 83. A pretensa relevância negativa da causa virtual. O comportamento lícito alternativo..... | 383 |

CAPÍTULO IV

| | |
|--|-----|
| O DANO | 391 |
| 84. Conceito e distinções..... | 391 |
| 85. Dano real e dano de cálculo..... | 392 |
| 86. Danos patrimoniais e não patrimoniais | 393 |
| 87. Danos patrimoniais primários e secundários | 395 |
| 88. Danos presentes e futuros | 396 |
| 89. Danos directos e indirectos | 398 |
| 90. Dano da perda de chance..... | 398 |
| 91. Danos não patrimoniais, em especial..... | 403 |
| 92. Os novos danos contra as pessoas | 412 |
| 92.1. O dano à vida de relação..... | 413 |
| 92.2. O dano biológico..... | 414 |

DIREITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

| | |
|---|-----|
| 92.3. Dano existencial | 418 |
| 92.4. O acolhimento dos novos danos contra as pessoas no Direito português..... | 421 |

CAPÍTULO V

| | |
|---|-----|
| O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O FACTO E O DANO..... | 433 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| 93. Noções gerais..... | 433 |
| 94. A formulação legal | 433 |
| 95. Os critérios de delimitação dos danos indemnizáveis | 440 |

PARTE III

A RESPONSABILIDADE OBJECTIVA

| | |
|---|-----|
| 96. A razão de ser da responsabilidade pelo risco | 445 |
| 97. Características gerais do sistema de imputações pelo risco..... | 446 |
| 98. A simplificação dos pressupostos da responsabilidade | 448 |
| 99. A responsabilidade do comitente..... | 452 |
| 100. Danos causados por animais..... | 458 |
| 101. Danos causados por veículos de circulação terrestre..... | 459 |
| 101.1. A combinação entre a regulação delitual e a imputação pelo risco | 460 |
| 101.2. Pressupostos da responsabilidade pelo risco..... | 462 |
| 101.3. O regime de responsabilidade da condução por conta de outrem | 468 |
| 101.4. Beneficiários da responsabilidade | 472 |
| 101.5. Casos de exclusão da responsabilidade..... | 473 |
| 101.6. A colisão de veículos..... | 480 |
| 101.7. Pluralidade de responsáveis pelos danos. O sistema binário de imputação | 482 |
| 101.8. Limites da responsabilidade pelo risco dos acidentes de viação.... | 485 |
| 101.9. O seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel..... | 486 |
| 101.10. O Fundo de Garantia Automóvel..... | 491 |
| 101.11. A problemática dos veículos autónomos | 493 |
| 102. Danos causados pela utilização efectiva de instalações de energia e gás. Limites máximos | 496 |
| 103. A responsabilidade do produtor. Alguns casos emblemáticos..... | 497 |
| 103.1. As propostas de enquadramento dogmático da responsabilidade do produtor..... | 500 |
| 103.2. O regime especial de responsabilidade do produto | 504 |
| 104. Responsabilidade pelo sacrifício..... | 513 |

ÍNDICES

•

PARTE IV
A OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAR

| | |
|---|-----|
| 105. Noções introdutórias. Formas de indemnização | 519 |
| 106. A reconstrução natural. Variantes..... | 520 |
| 107. A substituição do “velho pelo novo” | 525 |
| 108. O afastamento da reconstrução natural | 528 |
| 109. A indemnização pecuniária. A teoria da diferença | 533 |
| 110. Limites e desvios à teoria da diferença, em especial, o dano da privação do uso..... | 536 |
| 111. A indemnização sob a forma de renda | 537 |
| 112. <i>Compensatio lucri cum damno</i> e cessão dos direitos do lesado..... | 538 |
| 113. Culpa do lesado | 540 |
| 114. Titularidade do direito à indemnização. O problema dos danos reflexos | 543 |
| 115. Prescrição da obrigação de indemnização | 548 |

PARTE V
A LEI REGULADORA DAS OBRIGAÇÕES
EXTRA CONTRATUAIS

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 116. Considerações gerais | 555 |
| 117. O Direito da União Europeia..... | 556 |
| 118. O Direito interno..... | 564 |

PARTE VI
AS FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL

| | |
|---|-----|
| 119. O primado da função ressarcitória | 569 |
| 120. O carácter subordinado da função punitiva e preventiva | 570 |

| | |
|-------------------|-----|
| BIBLIOGRAFIA..... | 575 |
| ÍNDICES | 599 |

| | |
|--------------------------------|-----|
| Índice de jurisprudência | 601 |
| Índice Geral..... | 609 |

•